

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA

ARTHUR FELIPE BENEVIDES RAMOS

ARQUIVOLOGIA COMO SEGUNDA GRADUAÇÃO: OLHARES E INQUIETAÇÕES

JOÃO PESSOA - PB

2019

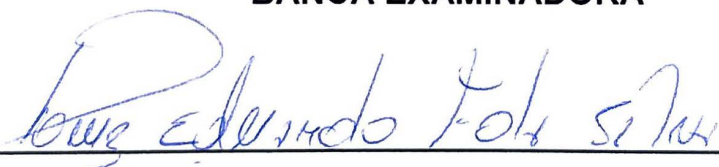
ARTHUR FELIPE BENEVIDES RAMOS

ARQUIVOLOGIA COMO SEGUNDA GRADUAÇÃO: OLHARES E INQUIETAÇÕES

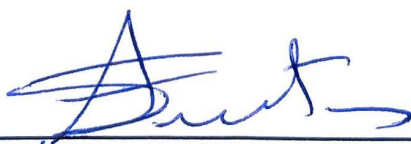
Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade artigo, apresentado a Coordenação do Curso de Arquivologia da UFPB, para a obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em 20/05/2019

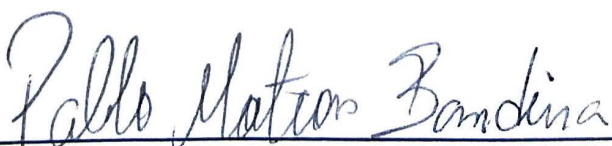
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luiz Eduardo Ferreira da Silva
(Orientador – DCI/UFPB)



Prof. Dr. Adolfo Júlio Porto de Freitas
(DCI/UFPB)



Prof. Me. Pablo Matias Bandeira
(DCI/UFPB)

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

afbra RAMOS, Arthur Felipe Benevides.

Arquivologia como segunda graduação: olhares e inquietações / Arthur Felipe Benevides RAMOS. - João Pessoa, 2019.

27 f.

Orientação: Luiz Eduardo Ferreira da Silva.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Arquivologia. Brasil. Segunda Graduação. I. Luiz Eduardo Ferreira da Silva. II. Título.

UFPB/CCSA

ARQUIVOLOGIA COMO SEGUNDA GRADUAÇÃO: OLHARES E INQUIETAÇÕES

Arthur Felipe Benevides Ramos

Resumo: Propõe discutir o fenômeno em que profissionais já graduados em outras áreas, buscam a Arquivologia como uma segunda graduação. Parte do princípio, que no Brasil, geralmente, busca-se logo depois de uma formação em nível superior, realizar as pós-graduações, em nível *stricto sensu* ou *lato sensu*. Nestas perspectivas, este artigo terá como cerne discutir, inicialmente, como a Arquivologia no Brasil, se beneficia ou se prejudica, enquanto Ciência e mercado de trabalho, com profissionais graduados em diversas áreas do conhecimento, buscam os Cursos de Graduação em Arquivologia para realizarem uma segunda graduação. Para isso, realizamos pesquisa junto aos discentes que estão cursando a segunda graduação na Universidade Federal da Paraíba, turma 2018.2. Como resultado observamos que esses discentes vêm de áreas próximas a Arquivologia, em maioria Biblioteconomia, mas também da História, atuam no setor público, já possuem cursos em nível *stricto sensu* e *lato sensu*, e buscaram a Arquivologia principalmente em busca de agregar conhecimento e concursos.

Palavras-chaves: Arquivologia. Brasil. Segunda graduação.

ARCHIVOLOGY AS SECOND GRADUATION: LIGHTS AND INQUIETAÇÕES

It proposes to discuss the phenomenon in which professionals already graduated in other areas, look for the Arquivologia like a second graduation. It starts from the principle that in Brazil, generally, it is sought after a formation at a higher level, to carry out the post-graduations, at street sensu or lato sensu level. In this perspective, this article will have as its main reason to discuss how the Archivology in Brazil benefits or is harmed, while Science and the labor market, with professionals graduated in several areas of knowledge, seek the Undergraduate Courses in Archivology to carry out a second graduation. For this, we conducted research with students who are attending the second graduation at the Federal University of Paraíba, class 2018.2. As a result, we observe that these students come from areas

close to Arquivologia, mostly Librarianship, but also from History, work in the public sector, already have courses at the street sensu and lato sensu level, and have sought Archivology mainly in search of aggregate knowledge and contests .

Keywords: Archivology. Brazil. Second graduation.

1 INTRODUÇÃO

Com o surgimento da escrita, aparece uma forma de “guardar” aquilo que se produzia intelectualmente, no entanto, a palavra arquivo ou *archeion* vai surgir na Grécia, ainda por volta do Século II a. C., fundados, inicialmente, em estruturas administrativas de Estado. Eram escolhidas pessoas que tinham mais aptidões intelectuais para fazer aquela atividade, muitas, segundo Londolini (1990), vindas das já existentes, em número bem maior, bibliotecas. Neste mesmo sentido, Michel Duchein afirma que “a profissão de arquivista não é talvez a mais antiga do mundo [...], mas inequivocamente, é tão antiga como a invenção da escrita, o que lhe assegura, como mínimo, uma experiência de três ou quatro mil anos” (DUCHEIN, 1983, p. 13).

Outro marco importante é a famosa Revolução Francesa (1789–1799), que trouxe como resultado os sentimentos nacionalistas, culminando com a formação dos Estados Nacionais, proporcionando assim uma maior amplitude dos arquivos, com a criação dos Arquivos Nacionais, a exemplo do primeiro na França em 1789, o *Archives Nationales de France*.

Diversas outras revoluções aconteceram que de certa forma influenciaram a prática arquivística, entre elas, as tecnologias contemporâneas, globalização e consequente explosão informacional no século XX. E hoje, diante do atual momento do mercado de trabalho e da alta competitividade, tanto em âmbito público quanto privado, os profissionais se deparam com a necessidade de repensar suas carreiras ou almejar novos espaços de oportunidades de emprego, redirecionando-as para áreas similares ou até mesmo para áreas totalmente diferentes de suas formações iniciais. Buscam-se complementar competência, qualificação, visando uma atuação mais global dentro de uma instituição, diversificando habilidades, técnicas e conhecimentos. Do lado administrativo, busca-se uma solução para o aumento e

volume cada vez maior de informação. Com isso, surge o conceito de arquivística moderna, que diz respeito aos “novos paradigmas difundidos mais amplamente a partir da década de 50 por Shellenberg e os demais teóricos da área [...]” (SANTOS ET AL, 2009, p. 175).

A ideia de gestão de carreira supõe estabilidade no emprego, boa remuneração, futuro profissional relativamente bem traçado e previsível, inclusive com perspectivas de perca de vagas nos setores produtivos da sociedade, além da formação adequada na base, desde o ensino médio, perpassando pelo técnico. Assim, podemos observar uma característica, antes não compreendida pela comunidade científica da área, que o arquivista, muito em virtude do aumento significativo do número de dados e informações produzidas a partir da segunda metade do século XX, a globalização, o mercado financeiro, e principalmente a internet, passou a ser um profissional requisitado, para que de forma técnica, ágil e segura, possa dispor de significativo conteúdo informacional, para que as grandes instituições, públicas e privadas, tenham condições de tomar decisões com base em informações precisas.

Este artigo tem como objetivo verificar, como a Arquivologia no Brasil, enquanto Ciência e mercado de trabalho, profissionais graduados em diversas áreas do conhecimento buscam os Cursos de Graduação em Arquivologia para realizarem um segundo curso de graduação. Especificamente, identificamos o perfil desses profissionais, e o motivo pelo qual escolhem a Arquivologia. Assim, busca-se compreender tais expectativas com as demandas exigidas e as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho buscando identificar os fatores que podem estão causando este fenômeno.

Especificamente, utilizamos alunos já graduados que cursam Arquivologia na Universidade Federal da Paraíba para responder determinados questionamentos centrais nesta pesquisa. Além disso, para tanto, na pesquisa bibliográfica, buscamos a construção do embasamento teórico científico necessário para traçarmos as relações entre os conceitos e questionamentos a serem feitos durante o processo investigativo. Por conseguinte, também se caracteriza como uma pesquisa do tipo exploratória, com uma abordagem qualitativa.

A justificativa para concepção deste estudo está baseada num contexto pessoal, pela percepção da entrada de alunos já graduados no curso de Arquivologia e o interesse por entender esse “movimento”. É pertinente ressaltar que busca-se uma formação acadêmica que dialoga com o atual mercado de trabalho, exigente, industrializado, flexível, global e muitas vezes instável. Além da finalidade de utilizar o objeto de pesquisa para conscientizar a esfera acadêmica sobre o crescimento do espaço de atuação do arquivista, buscando compreender as dinâmicas das transformações nas sociedades contemporâneas. A justificativa teórica está amparada no desejo de discutir o campo da arquivologia de um ângulo não visto ainda, procurando enfatizar comportamentos da área na busca por consolidação de uma Ciência.

Por fim, essa pesquisa procura inquietar a Arquivologia brasileira em relação a assuntos aqui destacados. Imagino que, temos um panorama em que se abre um leque para pesquisas que buscam entender as práticas desses profissionais, as contribuições ou possíveis prejuízos, as relações inter/trans/multidisciplinar da Arquivologia com outros campos de atuação, com outros profissionais, com outras ciências.

2 A FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

O trabalho arquivístico, segundo Costa (2008), assume características dentro da organização, em que o arquivista deve se empenhar na conscientização de membros da instituição quanto ao valor que os documentos assumem institucionalmente, e que a tarefa de organizar toda a gama de informações é do arquivista, assim buscando uma eficiência administrativa para a correta tomada de decisões, considerando também a necessidade de demonstrar uma padronização nas atividades de produção, tratamento, armazenamento e localização das informações institucionais.

A formação de arquivistas vai muito além do conhecimento sobre a Arquivologia e do desenvolvimento teórico e prático adquirido ao longo da vida acadêmica, no tocante a possuir determinada habilidade de atuação com diversas áreas do conhecimento. Segundo Souza (2011, p. 51), o arquivista pode ser definido

como um: “[...] profissional com formação formal em Arquivologia, dotado de conhecimentos para planejar, gerenciar e disponibilizar os documentos e as informações arquivísticas”. Neste sentido, Santos et al (2009) dissertam sobre o papel do arquivista em relação as tomadas de decisões:

Com a valorização da informação como recurso para a tomada de decisão e como ativo das instituições, o papel da unidade de arquivo pode passar a ser o de fonte de informações administrativas e técnicas e, em consequência, o arquivista que atua na gestão de documentos deve se tornar um provedor de informações para tomada de decisões. Porém, decisões demandam informações não em estado bruto, mas com elevado valor agregado (SANTOS *ET AL*, 2009, p. 177)

Contudo, a necessidade de reconhecimento institucional e científico, é importante para a Arquivologia, pois “ao reivindicar uma jurisdição, uma profissão pede à sociedade o reconhecimento de sua estrutura cognitiva por meio de direitos exclusivos” (SOUSA, 2007, p. 44). Neste sentido, esse reconhecimento é realizado através da Lei nº 6.546, de julho de 1978, e pelo Decreto nº 82. 590, de 06 de novembro de 1978, que reconhece a profissão, os campos e as atribuições de arquivistas e técnicos de arquivo. Esta Lei traz em seu conteúdo as atribuições do arquivista, que são:

- I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
- II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
- III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
- IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos; V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
- VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
- VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos; VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
- IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;

XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico administrativa;

XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes (BRASIL, 1978).

Neste aspecto, deve-se haver o reconhecimento, que essas atividades são compreendidas a partir de um curso de graduação, e não somente curso de “capacitação”. Porém, não se deve negar acesso aos conhecimentos técnicos e teóricos da Arquivística, enquanto modo de aperfeiçoamento, para profissionais vindos, e necessitados em suas áreas, da Administração, do Direito, da Contabilidade, e de tantas outras áreas, assim como a própria Arquivologia bebeu da fonte do saber técnico da Biblioteconomia.

A Arquivologia, como área do conhecimento, vai se desenvolver na segunda metade do século XX, diante das demandas sociais, institucionais e de mercado, no que tange à solução para o grande volume documental gerado durante e após a Segunda Guerra Mundial e ainda os problemas de gerenciamento de informação promovidos pela revolução tecnológica (SOUZA, 2011).

Por isso, principalmente no final do século XX e início do século XXI, foram criados a maioria dos cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil. Mas, é bom destacar, até pra que fique registrado esse percurso de formação de arquivistas no Brasil, bem antes, ainda no início do século XX, mais precisamente no ano de 1911 já existia uma preocupação por parte do Arquivo Nacional (AN), sobre a formação especializada de seus funcionários, de modo, que passou a buscar meios para implementar um curso que trouxesse a capacitação necessária no aspecto técnico e teórico em relação ao manuseio de documentos. Isso é comprovado através dos estudos de Marques e Rodrigues (2008, p. 5), que compreendem tal atividade ao destacar que foi “[...] instituído, por meio do Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911, o Curso de Diplomática, com o fim de proporcionar cultura prática e theorica [sic], aos que se destinarem às funções especiaes [sic] dos cargos desse estabelecimento” .

Tanus e Araújo (2013) vão ainda mais longe nesta perspectiva de ensino das práticas arquivísticas no Brasil, mencionam que é recente, apesar de que a preocupação com documentos e prática e saberes arquivísticos ser de certa forma

antiga, haja vista que no Período Imperial já havia o chamado Arquivo Público Imperial, que depois, com a Proclamação da República, se tornaria o hoje conhecido Arquivo Nacional. O processo de desenvolvimento da Arquivologia se confunde com a própria história do país, e um exemplo clássico, é quando a Família Real Portuguesa em 1808 fugia de Portugal para o Brasil, por causa da invasão de Napoleão Bonaparte, e conseqüentemente trouxe consigo inúmeros documentos, de relevância histórica e que necessitou de pessoas especializadas para a tarefa de armazenar tudo aquilo que era importante para perpetuar o poder português.

Mas, até que as Universidades criassem os cursos em nível superior em Arquivologia, o ensino da Arquivologia enquanto ciência, estava ligado a instituições como o Arquivo Nacional, Arquivos Históricos e Institutos Históricos. No âmbito acadêmico, a partir da década de 60 do século XX, a Arquivística teve seu impulso inicial, com alguns cursos ministrados no Arquivo Nacional, e posteriormente na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, sempre ligados aos já existentes Departamentos de Biblioteconomia (MARQUES; RODRIGUES, 2005).

Aqui, é interessante destacar que o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil parece ser sempre atrelado a outras ciências, como a Biblioteconomia e a Museologia. O que vem a corroborar com nossa perspectiva, de que, a Arquivologia, onde há algum tempo, muitas vezes foi escolhida como uma segunda formação, por exigência técnica, e com o surgimento dos Cursos de Graduação em Arquivologia, isso permaneceu, em virtude, penso eu, do número reduzido de cursos nível *street sensu* ou *lato sensu*.

A efetivação do “Curso de Arquivologia”, deu-se em março de 1977 com a transferência do Curso Permanente de Arquivos (CPA), ministrado inicialmente no Arquivo Nacional, para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual UNIRIO, conforme o Decreto n. 79.329, de 02 de março de 1977, assim, “com essa transferência, o CPA, que funcionava no AN desde 1960 e já reconhecido como curso superior, passa, oficialmente, a funcionar no espaço universitário, ainda no mesmo ano, ou seja, 1977” (MARQUES; RODRIGUES, 2008, p. 11). Essa transferência para a hoje UNIRIO, foi um marco importante na trajetória Arquivística brasileira, representando uma conquista de

espaço no meio acadêmico, pois foi o primeiro curso de graduação em Arquivologia que passaria a existir no país.

De acordo com Tanus e Araújo (2013), é no final dos anos de 1990, justamente com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), quando ocorre a autonomia para os cursos de graduação, em que Universidades ganham a flexibilidade para criação de novos cursos, em que os parâmetros são as adequações a uma formação mais necessária a cada área geograficamente e socialmente demarcada, e levando em consideração os docentes e futuros discentes, que se inicia a primeira expansão dos cursos em nível de graduação na área arquivística. Na década de 1990, ocorre a consolidação da Lei 8.159/1991, que regulamenta os organismos em arquivo no Brasil e a gestão de documentos arquivísticos, suas legislações subsequentes e consolidação do Conselho Nacional de Arquivos.

No que se refere à legislação arquivística brasileira, no ano de 1991 é aprovada a Lei nº 8.159/91 que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados. Conhecida como — Lei de Arquivos, assegura o princípio de acesso do cidadão à informação governamental bem como o sigilo relativo a determinadas categorias de documentos.

A Lei nº 8.159/91 vem estabelecer a ordenação dos Arquivos Públicos do país: Arquivos Federais, o Arquivo Nacional e outros arquivos do Poder Executivo (Ministérios da Marinha, Relações Exteriores, Exército e Aeronáutica), o arquivo dos Poderes Legislativo e Judiciário Federais); Arquivos Estaduais (o arquivo do Poder Executivo, o arquivo do Poder Legislativo e o arquivo do Poder Judiciário); Arquivos do Distrito Federal (o arquivo do Poder Executivo e o arquivo do Poder Legislativo e o arquivo do Poder Judiciário); Arquivos Municipais (o arquivo do Poder Executivo e o arquivo do Poder Legislativo). Neste sentido, “surge” um número grande de espaços onde os arquivistas são necessários, agora de forma oficial, legalmente falando.

Anos antes, para subsidiar o vinha depois, podemos destacar a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (1971), do periódico Arquivo e Administração (1972), do Congresso Brasileiro de Arquivologia (1972), criação do curso em graduação em Arquivologia na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande

do Sul na década de 70, e a Lei nº 6.546, que regulamenta a profissão de arquivista em Julho de 1978.

Partindo para o início do século XXI, Tanus e Araújo (2013), comentam relação existente entre a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o ensino da Arquivologia, em que:

Nesse mesmo cenário brasileiro onde vigoram essas Diretrizes, houve, no ano de 2007, o lançamento do Decreto nº 6.096, de 24 de abril, conhecido como REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que possibilitou a criação de mais seis cursos de Arquivologia, nas seguintes universidades públicas: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal do Pará (UFPA) (TANUS; ARAÚJO, 2013, p. 93).

Atualmente, encontram-se em atividade dezesseis cursos de Arquivologia em Instituições de Educação Superior (IES), sendo todos com grau de bacharelado e modalidade presencial. Segundo Tanus e Araújo (2013, p. 97), “12 estão localizados em departamentos, institutos ou escolas de Ciência da Informação, Documentação, Informação ou mesmo em departamentos de Biblioteconomia”. As IES que possuem curso de Graduação em Arquivologia podem ser melhores visualizadas no quadro a seguir:

Quadro 1: Cursos de Arquivologia no Brasil

Universidades	Data de Implantação do Curso
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	21/07/1977
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	03/03/1977
Universidade Federal Fluminense (UFF)	28/06/1978
Universidade de Brasília (UnB)	01/03/1991
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	26/02/1998
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	03/03/1998

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	01/03/2000
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	09/03/2000
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)	04/08/2003
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	28/08/2006
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	27/07/2008
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	06/10/2008
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	02/03/2009
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	03/03/2009
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	01/03/2010
Universidade Federal do Pará (UFPA)	20/08/2012

Fonte: (RIDOLPHI; GAK, 2017, p. 361-362)

A partir da leitura do quadro acima, pode aferir que nos anos de 1980 não foram criados cursos de graduação em Arquivologia. Contudo, de acordo com Bottino (1994), o movimento de ensino não parou, pois foram criados cursos de pós-graduação, na modalidade lato sensu, em diversas universidades, entre elas: UNIRIO, UFF, USP, UFSC e UFBA.

Em virtude da complexidade, científica, histórica e política, da institucionalização da formação arquivística no Brasil, é possível concluir que a arquivística tem se ampliado e se consolidado no espaço da universidade, nas palavras de Matos (2008):

A formação arquivística no Brasil passou por uma considerável evolução desde 1972, quando o então Conselho Federal de Educação (CFE) concedeu às universidades brasileiras, por meio do Decreto nº 212, de 7 de março, o poder de organizar programas de graduação em Arquivologia. (...) A formação em arquivística recebeu mandato universitário no Brasil há 36 anos, quando o Curso Permanente de Arquivos ministrado pelo Arquivo Nacional, desde 1960, incorporado a FEFIERJ, atual UNIRIO, em 1973. (...) Os cursos de graduação em Arquivologia estão ligados a departamentos (...) Biblioteconomia e/ou Ciência da Informação (MATOS, 2008, p. 5).

Atualmente, verificamos grandes mudanças no que tange o significado de uma Arquivologia voltada para o avanço na teoria e na prática, evidenciando a

cientificidade no sentido de tornar o ponto central da Arquivística, valorizando ainda mais o trabalho do arquivista. Assim, percebe-se a preocupação de estabelecer uma formação que atenda ao mercado de trabalho a partir de um perfil exigido pela sociedade.

4 AS ÁREAS PRÓXIMAS DA ARQUIVOLOGIA: COMPREENDENDO A INTERDISCIPLINARIDADE

Marques e Tognoli (2016, p. 67), conceituam a interdisciplinaridade como “a colaboração e conciliação entre conceitos pertencentes às diversas áreas do conhecimento a fim de promover avanços como a produção de novos conhecimentos”. Assim, as autoras complementam, que essa interdisciplinaridade surge como uma resposta à alguma necessidade de reconciliação epistemológica das disciplinas. Assim, por exemplo, podemos inferir que Diplomática e Arquivologia caminham desenvolvendo-se em paralelo, ambas figurando como auxiliares da História, não estabelecendo uma relação de reciprocidade entre elas, embora mantivessem o mesmo objeto, o documento de arquivo.

Quanto aos métodos da Arquivologia, advindos das práticas dos arquivistas no mundo do trabalho, eles são atualmente denominados na literatura da área “funções arquivísticas” (COUTURE, 2003). São elas: Criação/produção: atividade relacionada à implementação das condições necessárias para assegurar a qualidade, a validade, a credibilidade e a perenidade da informação produzida pelas administrações. Identifica a melhor forma de traduzir o sentido da informação, a estrutura-la em partes significativas; considera a relação entre os diferentes tipos de informações produzidas pela organização desde o momento de sua criação. Classificação: identificação e organização intelectual dos documentos de um fundo, distribuindo-os por classes/categorias, segundo uma certa ordem e um certo método. Avaliação: ato de julgar os valores dos documentos de arquivo (valores primário e secundário) e de decidir sobre os períodos de tempo durante os quais esses valores se aplicam a tais documentos num contexto que leva em conta os laços essenciais entre a organização/instituição (ou a pessoa) envolvida e os

documentos que ela gera no âmbito de suas atividades. Incorporação: conjunto de medidas visando ao recolhimento (institucional) e/ou aquisição (doação, compra, comodato, etc.) de fundos arquivísticos (MARQUES, 2015).

Os arquivistas devem visar um aperfeiçoamento paralelo ao entendimento das práticas profissionais dentro das diversas instituições, sempre atreladas a uma formação que favoreça manipulação adequada dos novos recursos tecnológicos, buscando inovar de maneira que permita atender as demandas econômicas e sociais. Para isso, a interdisciplinaridade com as diversas áreas do saber são essenciais.

Por isso, Bellotto (2006, p. 301) relata que “a verdade é que o arquivista, ademais de toda qualificação pessoal, deverá ainda estar capacitado profissionalmente para intervir em toda cadeia do tratamento documental, qualquer que seja o suporte”. E com isso, deve-se buscar conhecimento sobre aspectos peculiares nas diversas áreas, onde a documentação produzida tem suas especificidades, quanto à forma, conteúdo, formato, e aplicabilidade das técnicas arquivísticas. Num sentido epistemológico, Araújo (2013) disserta que:

No começo do século XX, alguns manuais e iniciativas começaram a evocar mudanças no modo de se conceberem os arquivos. Adjetivos como “vivo”, “dinâmico” e “ativo” começam a ser usados para apontar a direção de uma necessária mudança a ser operada nos arquivos de modo a combater sua inércia e seu fechamento sobre si mesmo. O discurso da eficácia, o imperativo do retorno, para a sociedade e para as empresas, dos investimentos feitos, foram os motes dessa abordagem. De outro lado, o ideal iluminista da universalidade, isto é, do acesso a todos os cidadãos, também convocou a que se problematizasse as funções dos arquivos. É nesse contexto que se desenvolveram as teorias funcionalistas da Arquivologia, ao longo do século XX (ARAÚJO, 2013, p. 53).

Em relação às influências que a Arquivística no processo de seu desenvolvimento no Brasil, destacamos que a francesa e a americana tiveram mais intensidade. Para tanto, nos anos 60, o Arquivista francês Henri Baulhier de Branche e o arquivista norte-americano Theodore Roosevelt Schellenberg, elaboraram relatórios e cursos de aperfeiçoamento e treinamento aos funcionários do Arquivo Nacional (TANUS e ARAÚJO, 2013). A perspectiva de influência na Arquivologia,

em que outras ciências participam ativamente de sua construção, Santos (2008) menciona que:

A arquivística no Brasil desenvolveu-se buscando estabelecer laços estreitos com o conhecimento que se produzia na área em países da Europa e nos Estados Unidos. A formação dos principais quadros profissionais que atuaram no país entre os anos 50 e 70 sofreu, de alguma forma, a influência das escolas vinculadas às tradições norte-americana ou francesa (SANTOS, 2008, p. 95).

Isto posto, é necessário repensar o quão o arquivista nas últimas décadas, se colocou como participante ativo da administração pública e privada, se expondo de forma positiva a um mercado exigente. Com isso, outros profissionais, preocupados com a demanda que está aí, em relação ao conhecimento teórico e técnico quanto a fenômeno informacional, procuraram se colocar como alternativa para um profissional, que como sabemos no Brasil, está engatilhando ainda em termos de oportunidades de formação, visto que, compreende-se que o número de formando em áreas como Administração, Advocacia, Contabilidade, entre outras ciências técnicas, são bem maiores do que a Arquivologia.

A Biblioteconomia e a Arquivística andaram, e de certa forma ainda andam juntas, principalmente, porque esses dois cursos são oferecidos, na maioria das Universidades brasileiras, pelo mesmo departamento, uma recebendo influências da outra. No que diz respeito aos vínculos acadêmico institucionais dos cursos de Arquivologia à Ciência da Informação, precisamos nos lembrar de que estes são frutos de negociações políticas no âmbito das universidades (MARQUES, 2015). Para corroborar com essa afirmação, Ortega (2004) diz que:

Em fins do século XIX, a Biblioteconomia e a Documentação apresentavam um desenvolvimento em grande parte inseparável: surgiram em consequência das mesmas necessidades, empregavam processos e instrumentos comuns (...), tinham objetivos quase idênticos e em muitos casos deviam seu progresso aos mesmos homens. Havia, no entanto, uma tentativa dos documentalistas em evitar os instrumentos e até mesmo os termos adotados pela Biblioteconomia, o que levou, muitas vezes, a que aqueles seguissem os caminhos já trilhados e até descartados por esta (ORTEGA, 2004, p. 4).

Desse modo, situamo-nos entre os estudiosos que reconhecem as relações da Arquivologia com disciplinas diversas (como a Diplomática, a História, a Administração, o Direito, as Ciências da Computação e a Ciência da Informação), sem restringi-la a uma ou a outra área e, sobretudo, sem mesclá-la a esta última disciplina. Assim, nas palavras de Marques e Tognoli (2016):

Essas relações são reais, multilaterais, mas, nem sempre, recíprocas, o que não as condiciona como interdisciplinares. Em suas diferentes abordagens, podem ser superficiais ou mesmo político-institucionais, a fim de se resolver questões práticas. Podem ser, também, teóricas e epistemológicas, mediante questões históricas e conceituais compartilhadas (MARQUES; TOGNOLI, 2016, p. 78).

A identidade da arquivologia enquanto disciplina científica é um tema que perpassa grande parte da recente produção científica na área, suscitando ainda questionamentos. Por fim, é possível defender uma interdisciplinaridade da Arquivologia com a História, o Direito e a Administração, a Antropologia, entre outras ciências. Essas disciplinas estabelecem relações de colaboração com a Arquivologia, seja no tocante à identificação do mesmo objeto (a informação), seja no tocante aos métodos aplicados e aos contextos de desenvolvimento das disciplinas.

Cabe, aqui reconhecer que, a Lei nº 6.546, não traz de forma singular a sua obediência, seja por parte das instituições públicas e privadas, seja por outros grupos de profissionais, o que vem a corroborar com a inquietação implantada neste artigo. Mas, devemos buscar outras formas de olhar esse assunto, e se perguntar enquanto profissional, discente e docente, o porquê da Arquivologia atrair, de certa forma, outros profissionais já graduados.

Seria, um erro nosso não se impor enquanto nível de graduação, e não abrimos de forma democrática, geograficamente inclusive, os cursos de pós-graduação na área? O quão é prejudicial estas características? E mais, um Conselho Federal de Arquivologia, que represente de forma objetiva a profissão, abriria as portas do mercado para arquivistas, e as portas das instituições de ensino superior, para implantação de curso em nível *street sensu* ou *lato sensu*.

É importante destacar que o percurso de desenvolvimento da Arquivologia continua. Novos paradigmas, novos fenômenos informacionais, os documentos digitais, estão aí a ciência se debruçar e através de pesquisas entender o complexo momento informacional que vivemos. Para Araújo (2013):

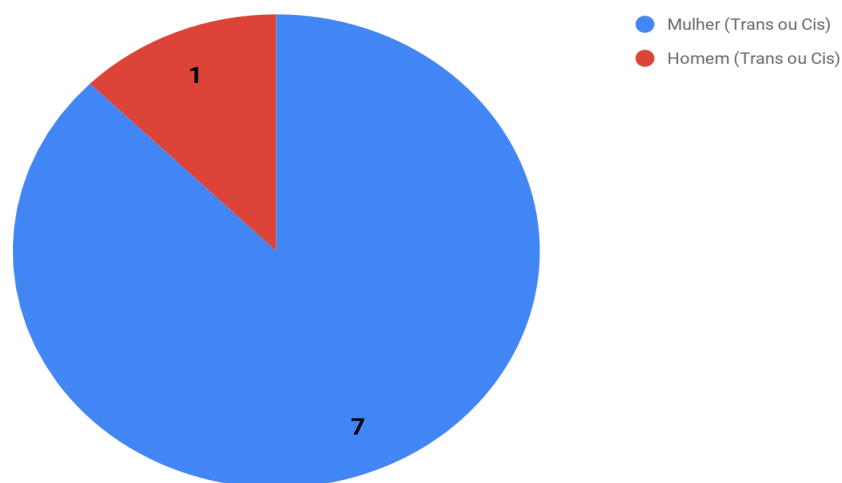
Contemporaneamente, a Arquivologia volta a pensar nos arquivos como integrados às demais práticas humanas, à dinâmica mais ampla da vida social e cultural. Contudo, realiza tal movimento já com uma identidade bem consolidada, com um estatuto científico definido, com um olhar próprio que lhe permite encontrar, na dinâmica das diversas ações e interações humanas, aqueles elementos que configuram fenômenos arquivísticos. Aí se encontra a abstração que representa a maturidade científica do campo – o que permite que a Arquivologia seja, enfim, uma ciência, e não uma técnica. E uma ciência não como as ciências da natureza, compostas de leis e modelos preditivos, mas como uma ciência social, caracterizada por um conhecimento sempre conjectural, provisório e necessariamente inexato. Aí residem os limites e também a riqueza e as potencialidades do conhecimento arquivístico (ARAÚJO, 2013, p. 61).

É importante, desse modo, que pesquisas com o cunho exploratório sobre a inter/trans/multidisciplinaridade da Arquivologia sejam realizadas, procurando entender além das áreas corriqueiras da Ciência da Informação, a Biblioteconomia e Museologia, procure compreender os usos mútuos do Direito, da Contabilidade, da Comunicação, do Jornalismo, da Administração, entre outras áreas.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da coleta dos dados, utilizando os questionários, e analisando as respostas, chegamos ao processo de identificar o perfil dos respondentes. Para compor esse perfil, utilizamos as categorias gênero, faixa etária, grau de escolaridade. A primeira análise objetivou identificar a relação de Identidade de Gênero (Ver Gráfico 1), das 8 pessoas que responderam, 7 se identificam como mulher e apenas 1 se identifica como homem.

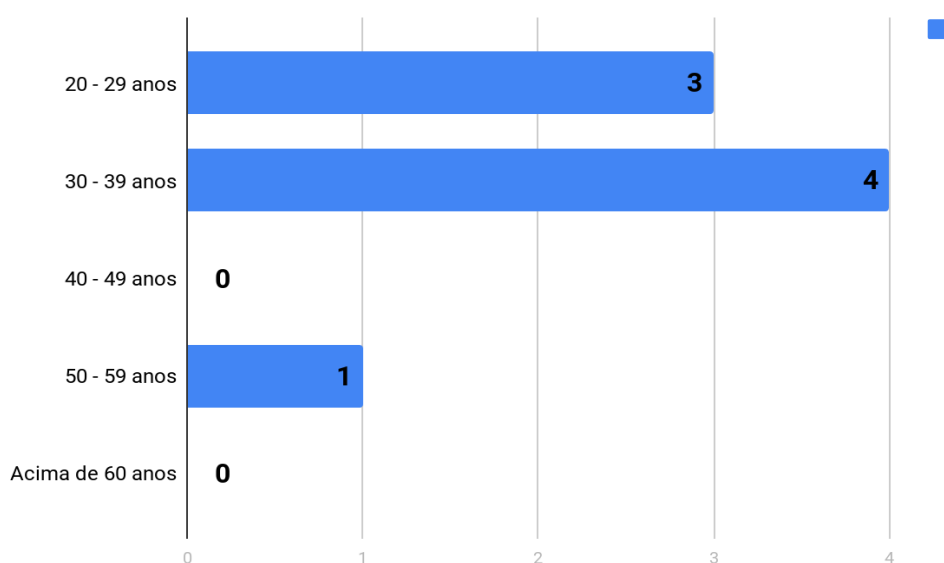
Gráfico 1: Identidade de Gênero



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Em relação à faixa etária, colocamos para melhor compreensão as seguintes opções: “20 - 29 anos, 30 - 39 anos, 40 - 49 anos, 50 - 59 anos, e, acima de 60 anos”. 3 estão entre 20 e 29 anos, sendo possível perceber que são as pessoas que fizeram graduações consecutivas, uma em seguida da outra. 4 estão entre 30 e 39 anos, e 1 está entre 50 e 59 anos.

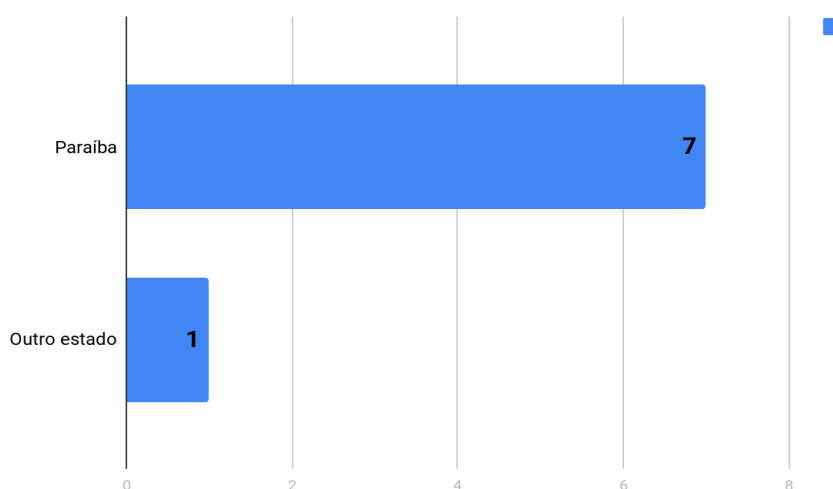
Gráfico 2: Faixa Etária



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Em seguidas perguntamos qual o domicílio deles. Das pessoas que responderam, e em se tratando dos 6 que informaram que residiam no estado da Paraíba, todas as 7 pessoas responderam que residiam na cidade de João Pessoa. Apenas uma pessoa reside em outro estado, Rio Grande do Norte, na cidade de Caicó.

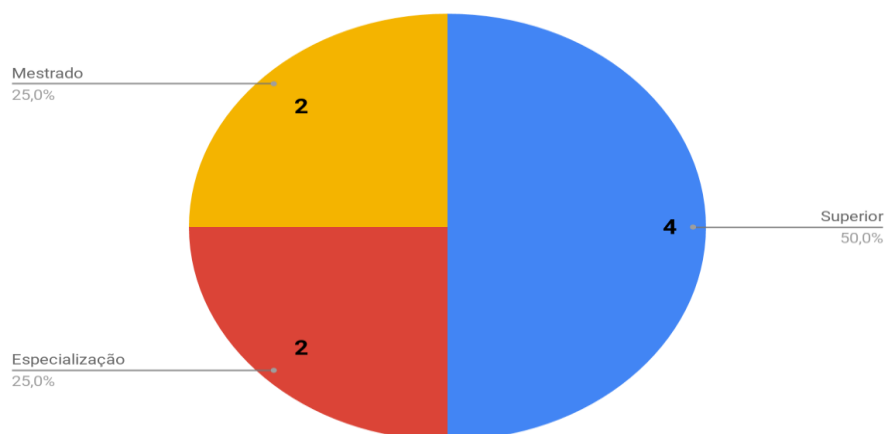
Gráfico 3: Domicílio



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Quanto à escolaridade, pedimos que indicassem qual era o maior nível concluído. Quatro deles responderam que tinham concluído a graduação, duas tinha concluído o mestrado e duas tinham concluído a especialização. Esse resultado é animador do ponto de vista que agrega pessoas com escolaridades avançadas e experiência em pesquisas, como no caso das duas pessoas que já concluíram o mestrado, como também as duas que concluíram a especialização. Em consequência disso, o nível de produção dessas pessoas durante o curso de graduação será alto, assim como o aprendizado dos alunos ainda não graduados será potencializado pela presença deles.

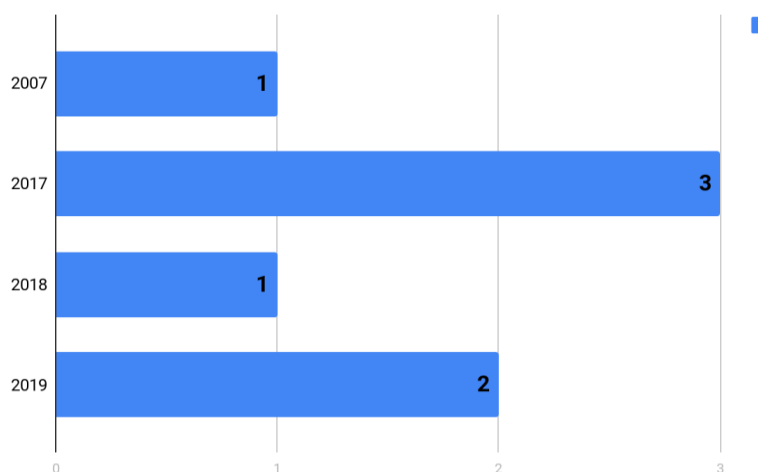
Gráfico 4: Escolaridade (maior nível concluído)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Em seguida, perguntamos em que ano cada aluno (a) concluiu o último nível mencionado na pergunta anterior. Neste sentido, (ver gráfico 5) um concluiu em 2007, três em 2017, um em 2018, um em 2019 e uma outra infelizmente não respondeu de forma correta a pergunta. A partir desses resultados observamos que estão sempre em procura de aperfeiçoamento, visto que apenas uma pessoa concluiu há mais de 10 anos o último nível estudado. O restante concluiu a partir de 2017, ou seja, estão em ritmo de estados avançados.

Gráfico 5: Ano você concluiu o último nível



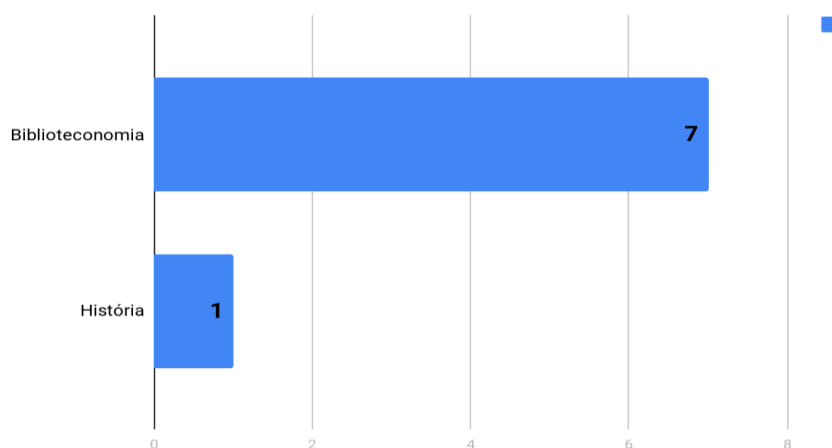
Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Em relação ao qual o primeiro curso de Graduação que os respondentes concluíram (ver gráfico 6), para saber com que a Arquivologia poderia dialogar a partir da experiência acadêmica dessas pessoas, 7 delas responderam Biblioteconomia e apenas um respondeu História.

Observamos que o curso de Biblioteconomia é quase unânime em relação aos cursos de origem dos alunos graduados, o que pudemos aferir a partir da relação dos dois, principalmente quando são oferecidos pelo mesmo Departamento, no Brasil geralmente em Ciência da Informação, como é o caso da própria Universidade Federal da Paraíba.

A pessoa que respondeu que tinha cursado anteriormente História, é bem interessante, pois também tem relação com a prática arquivistas nos arquivos permanentes, geralmente local de pesquisas de historiadores (as), e ter documento histórico como fonte principal.

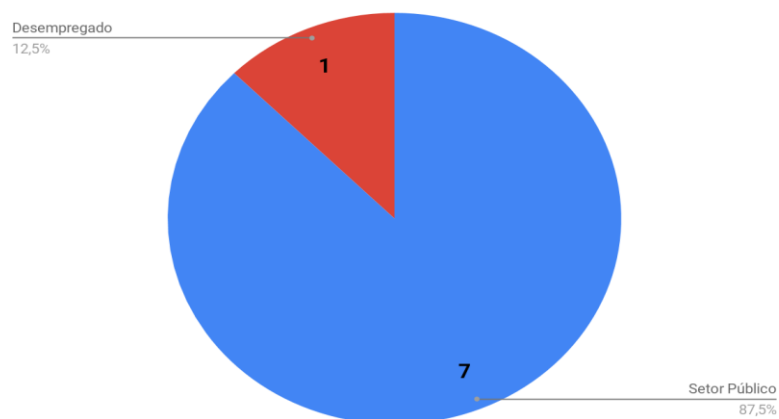
Gráfico 6: Primeiro curso de Graduação concluído



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Em seguida perguntamos qual o espaço de atuação dos alunos, se público, privados ou estavam desempregados (ver gráfico 7). Neste sentido 2 responderam que estavam desempregados e os outros 6 responderam que atuavam no setor público. Isso vai de encontro com a percepção que bibliotecários geralmente atuam no setor público, assim como os historiadores.

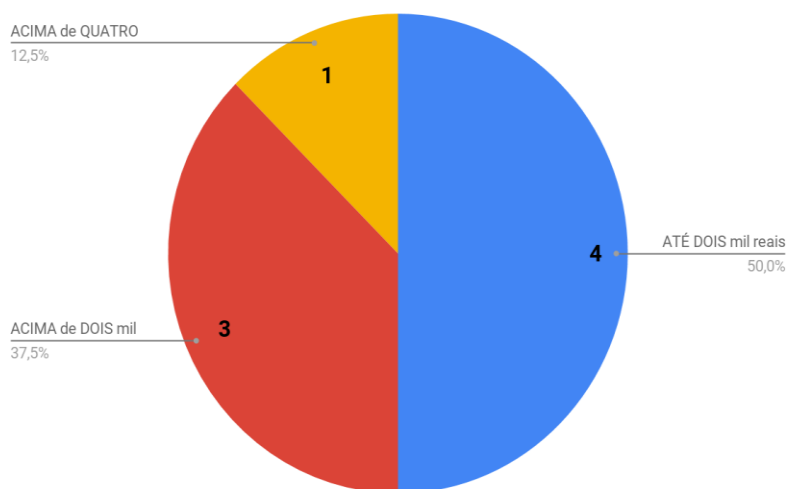
Gráfico 7: Área de Atuação Profissional



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

A partir da pergunta anterior, resolvemos indagar sobre a renda de cada discente (ver gráfico 8). Colocamos como opções: até dois mil reais, acima de dois mil reais ou acima de quatro mil reais. Quatro deles responderam que ganhavam até dois mil reais por mês, três recebiam acima de dois mil reais mensais e somente um recebia acima de quatro mil reais por mês. Esses valores de certa forma alto advém justamente pelo motivo de trabalharem no setor público, sendo esse setor o que paga melhor para os profissionais, em especial bibliotecários e historiadores, que são a formação predominante das pessoas que responderam.

Gráfico 8: Renda



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

A partir disso, iniciamos as perguntas referentes a escolha pelo curso de Graduação em Arquivologia. A primeira dessa série de perguntas foi como o discente tomou conhecimento do Curso de Graduação em Arquivologia. Dos 8 respondentes, apenas um citou que foi através de “Jornal – Rádio – Internet – Televisão”. Isso pode ser entendido visto que o arquivista ainda é um profissional pouco explorado nesses meios de comunicação, e a sociedade acaba por não informar a respeito da profissão e conseqüentemente a procura seja ainda modesta.

Duas pessoas responderam que foi através de publicações científicas que tomaram conhecimento do Curso de Graduação em Arquivologia, e isso é perfeitamente compreensível, visto que os cursos de Biblioteconomia e História têm relações inter/trans/multidisciplinar a Arquivologia, assim as discussões teóricas-metodológicas tendem a se encontrar nesses cursos. Outras cinco pessoas responderam que foi de “Outras formas”, e todas indicaram que foi na própria UFPB, onde atuavam ou estavam que tiveram conhecimento sobre a Graduação em Arquivologia.

Em seguida perguntamos qual a principal causa da escolha pelo Curso de Graduação em Arquivologia. Quatro discentes responderam que buscavam oportunidades para Concursos ou vagas em Empresas Privadas na área de Arquivologia e outros quatro discentes responderam que queriam agregar mais conhecimento. Isso é perfeitamente compreensível, pois a partir do perfil em relação às graduações de origem dos 8 discentes, podemos identificar as relações entre as áreas, assim facilitando para todos tanto a participação em concursos como agregar conhecimento sobre os objetos de estudo, a informação, o documento, o conhecimento, entre outras relações epistemológicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir, imagino que o arquivista começa a se desvincular do perfil técnico, para assumir o de produtor de conhecimentos novos, comprometido com seu desempenho na qual a tecnologia da informação assume um papel importante para a realidade de trabalho no mundo moderno. E isso demanda uma relação saudável com outros profissionais, principalmente os advindos da Tecnologia da

Informação. Mas é preciso deixar claro que cada profissional tem suas competências a atividades dentro deste processo. Portanto não é necessário cursos diversas graduações para dimensionar uma atividade complexa, bastando apenas um trabalho coletivo e interdisciplinar.

A evolução do mercado de trabalho, muito em virtude da globalização e internet, acompanhada da necessidade cada vez maior de ter as informações disponíveis o tempo todo, contribuiu para que os arquivistas se tornassem profissionais indispensáveis nas instituições. Porém, nota-se também que o profissional vem se adaptando ao mercado à medida que esse vem mudando sua visão sobre o arquivo e sua extensão dentro da instituição. Com isso, o mercado de trabalho cada vez mais competitivo exige dos mais variados profissionais competências, que muitas vezes, são atribuídas aos outros profissionais. É aqui que surge essa demanda por uma graduação em Arquivologia, em virtude da exigência do mercado.

Mas essa exigência citada acima acontece muito em virtude, dentre outras causas, da falta de um Conselho Federal da Arquivologia, acarretando a falta de fiscalização, inclusive em concursos públicos. Desse modo, profissionais de outras áreas ficam responsáveis por gerir os arquivos, e acabam por procurar realizar uma graduação em Arquivologia, até mesmo pela falta de opções em cursos de pós-graduação em nível *lato sensu*.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Epistemologia da Arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 42, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/55002>. Acesso em: 25 set. 2018.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. **Arquivos e administração**, Rio de Janeiro, v.15, n.23, 1994.

COSTA, Larissa Cândida. **Entre a formação e o trabalho: o arquivista diante das novas demandas sociais e organizacionais em matéria de informação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2008.

COUTURE, C.. (Org.). **Les fonctions de l'Archivistique contemporaine**. Québec, Canadá: Presses Universitaires du Québec, 2003.

DUCHEIN, Michel. Theoretical principles and practical problems of respect des fonds in Archival Science. **Archivaria**, n. 16, 1983. Disponível em: <<https://archivaria.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12648>>. Acesso em: 22 set. 2018.

IDOLPHI, Wagner Ramos;GAK, Luiz Cleber. A profissionalização do Arquivista e o Panorama Brasileiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 13, 2017, p.345-369. Disponível em: <<http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/a-profissionalizacao-do-arquivista-e-o-panorama-brasileiro>>. Acesso em: 05 out. 2018.

LODOLINI, Elio. **Archivistica: principi e problemi**. Milano: Franco Angeli Libri, 1990.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. Os lugares da arquivologia no campo da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 42, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1397>>. Acesso em: 13 set. 2018.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha ; TOGNOLI, Natália Bolfarini. Entre a Arquivologia e outras disciplinas: promessas de interdisciplinaridade? **Páginas A&B**, s. 3, n. 6, 2016. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/1546>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg. A Construção do “Campo Científico” da Arquivística no Brasil: Debates Iniciais e Marcos Temporais. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, v. 1 n. 1, 2008.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg. Os cursos de Arquivologia no Brasil: Conquista de Espaço Acadêmico-Institucional e Delineamento de um Campo Científico. In: XV Congresso Brasileiro de Arquivologia, Goiana, Julho de 2008. **Anais...** Disponível em: <http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/comunicacoes_livres/angelica.pdf> Acesso em: 02 set. 2018.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. Panorama histórico da formação arquivística nas Américas. In: XV Congresso Brasileiro de Arquivologia, 2008, **Anais...** Goiânia. Disponível em: <www.aag.org.br/anaisxvcba>. Acesso em: 24 out. 2018.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/F_I_art.htm>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos; INARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de (orgs). In: **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. Distrito Federal: SENAC, 2007.

SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarcísio Barbosa. **Arquivística: temas contemporâneos**. 3. ed. Distrito Federal: Senac, 2009.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2011.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 18, n. 37, 2013.